



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O PAPEL DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ¹

Maria Helena Rodrigues da Silva Martins
Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus VI), Brasil
Endereço eletrônico: maryahelenna@outlook.com

Andrevânia Santos de Matos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus VI), Brasil
Endereço eletrônico: vaniamatoss1@hotmail.com

Gabriela Silveira Rocha
Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus VI), Brasil
Endereço eletrônico: gabriellasrocha@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em decorrência de um longo histórico de exclusão nas escolas e de incansáveis lutas pela valorização do aluno especial surgiram as políticas de inclusão. Assim, denomina-se Educação Inclusiva a ação educacional livre de quaisquer preconceitos e desvalorização dos alunos que necessitam de cuidados especiais. Para Mantoan, Prieto e Arantes (2006), tão importante quanto a igualdade de direitos e oportunidades, é também a valorização das diferenças e das necessidades dos alunos que se enquadram como especiais.

Isso porque a inserção desse alunado nas turmas comuns deve se relacionar com uma série de estratégias, práticas metodológicas e condições de acesso que contemplem as necessidades de cada aluno. As políticas de inclusão devem ir além da inserção, pois só a “[...] presença física desse público-alvo no cenário dessa escola não garante as suas aprendizagens” (BAHIA, 2017, p. 29).

No entanto, apesar das inúmeras discussões e políticas públicas que defendem a superação da exclusão nas escolas, ela é ainda um desafio, pois o ensino encontra-se estruturado ao padrão tradicional, em que na maioria das escolas faltam adaptações

¹ O trabalho é resultante da pesquisa dos projetos de Iniciação Científica das autoras com o apoio da FAPESB e PICIN/UNEB e do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia da UNEB-VI.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

adequadas para praticar a inclusão, em outras palavras, há uma enorme contradição entre o real e o ideal. São necessárias, portanto, adequações não só na estrutura física das escolas, mas na formação e capacitação de professores, no intuito de criar e desenvolver projetos e propostas pedagógicas que atendam a todos.

É nesse sentido, que Lopez (2016, p. 04) assegura que a Geografia tem um importante papel nesse processo, porque ela oferece condições de “aproximação entre o conteúdo e a vivência prática cotidiana, para que o conceito perca em força abstrata e ganhe em concretude”. Além disso, ela possibilita o uso de diversos procedimentos metodológicos para serem trabalhados com os deficientes visuais, o que conseqüentemente contribuirá para formação cidadã desses alunos, pois se sentirão membros integrantes do espaço do qual fazem parte.

Dessa forma, tendo em vista a existência de diversos aparatos legais que amparam a inclusão e da dificuldade de cumprimento das metas e propostas estabelecidas para a construção de uma escola inclusiva, o presente trabalho objetiva investigar as principais políticas públicas de inclusão no âmbito federal, estadual e municipal e como elas têm sido implementadas na rede regular de ensino de Caetité-BA, para alunos cegos ou com baixa visão.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada pesquisa indireta e empírica. A indireta baseou-se em materiais bibliográficos e documentais, como consulta e leitura de livros, artigos e trabalhos acadêmicos sobre as principais políticas públicas de inclusão no Brasil. Foram utilizadas, ainda, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) para localizar documentos legais e oficiais relacionados à política educacional no âmbito federal, estadual e municipal, além de pesquisas em sites, como o Portal do professor e o Ministério da Educação (MEC).

Após a coleta de informações, foi feita uma análise e discussão desses materiais para entender como são formuladas as políticas educacionais de inclusão, em nível nacional, estadual e municipal, e como elas vêm sendo desenvolvidas e trabalhadas nas unidades escolares da cidade de Caetité-BA. Foi feita, ainda, a pesquisa empírica nas



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

cinco unidades escolares da cidade de Caetité, com a intenção de observar como a educação inclusiva estava sendo trabalhada nessas escolas, se os espaços físicos estão adequados, e constatar se os recursos e materiais didáticos utilizados são adaptados para os alunos especiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pensar em uma educação de fato inclusiva significa um olhar mais profundo sobre o que é a inclusão e não simplesmente incorporar as pessoas que possuem perfil de alunos especiais nas classes comuns. Conforme o recomendado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), União, Estados e Municípios devem incluir nas suas propostas educacionais a garantia do acesso, da participação e da aprendizagem em classes comuns, além de serviços da Educação Especial em locais específicos.

A cooperação dessas ações é necessária porque são elas que oferecem condições de prosseguimento da vida escolar do aluno independente das suas necessidades. Com base nas visitas, contato com as unidades escolares e a pesquisa documental em diários de classe do ano de 2017, observou-se uma série de contradições, que vão na contramão do que é proposto pela legislação, isso pode ser observado tanto na estrutura física, produção e adaptações de materiais didáticos adequados, quanto na formação e capacitação de profissionais para lidar com alunos especiais.

No caso dos deficientes visuais, algumas escolas possuem adaptações para facilitar a sua acessibilidade, outras delas, porém, encontram-se totalmente desprovidas dessas adequações, fato que contradiz as disposições legais que amparam a inclusão nas escolas. No tocante à formação de professores, o município de Caetité-BA não oferece nenhum curso de capacitação para os profissionais da rede regular de ensino, o que seria necessário, pois as políticas públicas de inclusão evidenciam a importância desses profissionais para uma escola realmente inclusiva. Quanto à preocupação de se trabalhar com o contexto social e a formação cidadã do aluno, isso não fica evidente nos documentos encontrados nas escolas, visto que foram localizadas apenas listas de conteúdo, sem qualquer explicação de como eles seriam trabalhados em sala de aula.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

CONCLUSÕES

Apesar de todo o processo histórico e das discussões atuais sobre a educação inclusiva, muita coisa há ainda que ser feita. O fato é que existe uma série de leis, decretos e políticas educacionais, mas, no Brasil, ainda inexistem uma escola inclusiva, tanto é que o próprio MEC, em vários dos seus materiais, cita as políticas de inclusão como um desafio que precisa ser enfrentado e vencido.

Os resultados obtidos com a pesquisa empírica nas escolas da sede de Caetité e a pesquisa indireta em meio bibliográfico e digital, serviram para constatar que as escolas da cidade não se enquadram em um sistema inclusivo, pois em todas elas faltam adequações necessárias para receber e atender alunos especiais, principalmente os deficientes visuais.

Desse modo, a instauração de uma política educacional efetivamente inclusiva requer uma minuciosa reflexão sobre igualdade, diferenças, acesso, permanência, além do prosseguimento da vida escolar em outros níveis de ensino. No entanto, para isso, torna-se necessário repensar os discursos existentes. Educação de qualidade para todos não se resume apenas à simples presença do educando especial nas turmas comuns, mas às condições de acesso, permanência e prosseguimento da vida escolar nas demais modalidades de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Ensino de Geografia; Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Diretrizes da educação inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

LOPEZ Gonzalo. **Estratégias inclusivas para o ensino de Geografia**. 2016.
Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/estrategias-inclusivas-para-o-ensinode-geografia/>. Acesso em: 07/06/2018.